



Moda e sociedade: uma construção do imaginário e da modernidade brasileira na segunda metade do século XIX

Moda e sociedade: uma construção do imaginário e da modernidade brasileira na segunda metade do século XIX

Matheus Rafael Gonçalves, Júlia Calvo

Matheus Rafael Gonçalves

Graduando em História pela PUC MINAS, foi orientando da prof.^a Júlia Calvo no Projeto de Bolsa de Iniciação Científica (PROBIC) entre os anos de 2019 e 2020, durante o qual pesquisaram a História das mulheres, da moda e da modernidade no século XIX.

Contato: matheusrghistoria@gmail.com

Júlia Calvo

Doutora em Ciências Sociais pela PUC Minas, Mestre em Educação (UFMT), graduada em História (PUC Minas). Professora Adjunto IV do Departamento de História da PUC Minas, Pesquisadora voluntária do Instituto Histórico Israelita Mineiro e Coordenadora da área de História do Programa Residência Pedagógica.

Contato: juliacalvo1@gmail.com

RESUMO (PT): A presente pesquisa inicia-se pelo desejo de compreender como a moda atua em conjunto com a sociedade carioca do século XIX, ou seja, a sociedade de Corte, ressaltando os traços do pensamento moderno e dos impactos que a modernidade teria no Brasil Imperial. No entanto a moda vestiu as senhoras, sendo necessário recortar ainda mais nosso objeto, buscando as vestimentas das mulheres e a modernidade destes sujeitos. A moda, a mulher e a sociedade de Corte tornaram-se elementos da modernidade brasileira do século XIX.

Palavras chave: moda; modernidade; feminino

ABSTRACT (EN): This research begins with the desire to understand how fashion works together with the Rio society of the 19th century, that is, the society of Corte, emphasizing the traces of modern thought and the impacts that modernity would have in Imperial Brazil. However, fashion dressed the ladies, making it necessary to cut our object even more, seeking women's clothing and the modernity of these subjects. Fashion, women and society in Corte became elements of Brazilian modernity in the 19th century.

Keywords: fashion; modernity; feminine

RESUMEN (ES): La presente investigación comienza con el deseo de comprender cómo la moda trabaja en conjunto con la sociedad carioca del siglo XIX, es decir, la sociedad de Corte, enfatizando las huellas del pensamiento moderno y los impactos que tendría la modernidad en el Brasil Imperial. Sin embargo, la moda vistió a las damas, por lo que fue necesario recortar aún más nuestro objeto, buscando la indumentaria femenina y la modernidad de estos temas. Moda, mujer y sociedad en Corte se convirtieron en elementos de la modernidad brasileña en el siglo XIX.

Palabras clave: moda; modernidad; femenino

As primeiras vestimentas

A sociedade da corte brasileira ao longo do século XIX tornou-se uma referência para o comportamento e, com certa volúpia, foi alvo de olhares desejosos de seus hábitos e costumes, tornando-se uma vitrine para o restante do Império. Um de seus maiores produtos era a moda e os signos do vestir-se. Para quem se veste? O que se veste? Perguntas essas que dizem muito das transformações da sociedade e como ela percebe os fenômenos que a tangenciam. A roupa ganha um tom, torna-se espelho daquilo que se deseja, ou mesmo rejeita e, sobretudo no Império, a vestimenta será linguagem simbólica para aquelas personagens silenciadas e invisibilizadas: a mulher da corte.

Aliado ao vestir-se temos uma outra grande influência, uma força tão grande e tão densa quanto a presença inglesa: a modernidade. Com o fim do primeiro Reinado e o período da turbulência — que de acordo com Carvalho (2012) durou até 1850 — a modernidade vai moldar a própria percepção de mundo e de Brasil nos trópicos, bem como impactar na forma como a sociedade da corte se entende. A “modernidade” pode ser percebida na associação da expectativa e desejo do Imperador pela construção de uma sociedade urbana com a realidade paradoxal de uma sociedade excludente, na qual permanecem a escravidão e a tradição coloniais. A modernidade corresponde assim, ao mundo do desejo do imperador já que não pôde configurar o princípio de rompimento com o passado e o estabelecimento de um novo mundo. Não é, assim, exatamente “moderna”. Equivale à uma vontade de ser pertencente ao outro, ao civilizado, ao industrializado e ao glamouroso, importada da Europa.

A roupa destaca-se como elemento distintivo na sociedade da corte carioca, na qual a aparência e a concorrência são formas de poder, estimulando o consumo e a necessidade de se destacar em relação ao outro. O vestir-se é tão importante quanto frequentar o teatro, a rua do Ouvidor, ou os cafés do centro da capital do Império. Vestir-se é revelar-se à sociedade, é deslocar-se entre os interesses e os interessados, é socializar-se e impor-se aos olhos daqueles que estão aptos a assistir ao espetáculo teatral da vida na corte.

Com que roupa se veste a modernidade tropical

A modernidade como fenômeno diz respeito a um processo de afirmação dos princípios liberais burgueses, que valorizam a racionalidade e a ciência como formas de conformar as sociedades e o mundo. Essa modernidade torna-se a diretriz para as sociedades contemporâneas, por meio da adoção de modelos culturais, políticos, sociais, jurídicos e econômicos. Com o passar do tempo e as transformações do mundo a modernidade se atualiza e atualiza as relações entre sujeitos, governos e a própria cultura.

A modernidade brasileira é tardia quando pensamos na organização estrutural e macro da sociedade. Relaciona-se ao desenvolvimento industrial e capitalista do Brasil, e, portanto, entre os anos 1930 e 1980. Entretanto, durante o segundo Reinado, centrado espacialmente na Corte do Rio de Janeiro, vivencia-se uma experiência de modernidade que analisaremos ao longo desse artigo. Diante dessa reflexão, concordamos em ampliar a noção de modernidade para exaltarmos sua fluidez e adaptação. A modernidade líquida sugerida por Bauman, direciona o olhar para uma modernidade que longe de ser agente totalizante é fenômeno de ressignificação, como ele aponta:

Hoje, os padrões e configurações não são mais 'dados', e menos ainda 'autoevidentes'; eles são muitos, chocando-se entre si e contradizendo-se em seus comandos conflitantes, de tal forma que todos e cada um forma desprovidos de boa parte de seus poderes de coercitivamente compelir e restringir. E eles mudaram de natureza e foram reclassificados de acordo: como itens no inventário das tarefas individuais. Em vez de proceder a política da vida e emoldurar seu curso futuro, eles devem segui-la (derivar dela), para serem formados e reformados por suas flexões e torções. Os poderes que liquefazem passaram do 'sistema' para a 'sociedade', da 'política' para as 'políticas da vida' — ou desceram do nível do 'macro' para o nível do 'micro' do convívio social (BAUMAN, 2001, p. 15).

A modernidade que desembarcou no Império brasileiro, em especial na transição entre o período regencial e o segundo Reinado, era fruto de uma apropriação cultural. Ainda que adaptada à sociedade da corte, que sofrera intensa modificação na transição de governos, a modernidade, que aqui pairava como uma densa névoa, foi importada dos costumes franceses. Ela se apresenta sob diversas formas, como a retirada da vida comercial da extinta rua Direita e sua transposição para a recém criada Rua do Ouvidor e a importação de hábitos como o de frequentar os cafés, o teatro, a livraria, reflexos dos desejados costumes franceses que aqui desembarcaram desde a abertura dos portos e tornaram-se mais resistentes e persistentes com D. Pedro II. Como aponta Del Priore (2016)

Na primeira época do reinado de d. Pedro II, entre 1840 e a Guerra do Paraguai, se copiava tanto os esplendores do Segundo Império francês, quanto seus maus costumes. Paris dominava o mundo. O Rio de Janeiro se contagiava por imitação (DEL PRIORE, 2016, p. 273).

A modernidade no Império ainda é regida pelos agentes sociais e históricos aos quais visava interpelar. No Brasil, a modernidade é acometida de um sentido paradoxal do desenvolvimento. Somos modernos, pouco industrializados e ainda coexistimos com a escravidão. Lilia Schwarcz apresenta o panorama contraditório da sociedade imperial nos anos de 1850:

O 'comércio infame' passa a sofrer grande pressão da Inglaterra, que em tal conjectura diplomática sentia-se lesada no que se referia ao tráfico de escravos. Sem esquecer o contexto internacional, marcado por uma grande expansão comercial, o fato é que Londres progressivamente estabelecia uma distinção entre os países em que a escravidão era autorizada e aqueles que mantinham o tráfico, embora proibido. Assim, apesar de compactuar com o tráfico, o Estado tinha na interdição uma condição fundamental para legitimar sua autonomia política. Por outro lado, a manutenção do negócio jogava o Brasil dentro do grupo de 'nações bárbaras', imagem essa bem oposta à feição civilizada que o Império brasileiro sempre procurou passar (SCHWARCZ, 1998, p. 101).

Desta forma a modernidade do Império é apresentada ainda como um elemento da construção da identidade nacional, reforçando uma relação entre a modernidade enquanto processo civilizatório e distintivo. A imagem que o Brasil almejava para si contava ainda com uma aprovação do outro, neste caso, o outro era a potência comercial do século XIX, a Inglaterra. Assim o ideal de modernidade que pairava sobre a brasilidade estava vinculado às nações europeias, sendo a França sinônimo da civilidade e cultura e a Inglaterra se apresentando como a civilidade moderna e industrial, parceira comercial, que nos possibilitou romper com o antigo, ou seja, com

o Pacto colonial e com o Antigo Regime português. É neste panorama que a modernidade brasileira se enraizará, pois ela terá de assumir para além de uma forma fluida, uma densa estrutura para definir o que é ser brasileiro, uma negação do português, mas que não é inglês ou mesmo francês.

Os aspectos culturais não estão isentos do avanço da modernidade, e é aqui que nos debruçamos. E neste sentido não podemos deixar de ressaltar as relações de gênero. Numa sociedade tida como tradicional, exatamente como a corte da capital, o gênero assume uma grande importância para delimitar os agentes sociais. Os imperativos estão postos: o que era coisa de 'homem' e coisa de 'mulher'. Ainda que tenhamos sido reféns do processo civilizador francês, no Brasil, as potências culturais importadas foram adaptadas e ressignificadas.

Marcadas as diferenças entre os gêneros podemos compreender como a modernidade é simbolicamente apregoada ao homem, o moderno, o renovador, aquele que transita e reflete entre o antigo e o novo. Há de se compreender os elementos que colocaram o universo no umbigo fálico do personagem masculino, ou dito como tal. Assim aponta Del Priore (2016) ao sistematizar e caracterizar os espaços de sociabilidades tidos como masculinos, os bares, cafés e até mesmo as livrarias. É então que se reforça a noção baumaniana sobre a modernidade líquida, pois percebemos que o conceito da modernidade sempre foi modificado conforme o sujeito, assim ao assumirmos que há uma dicotomia entre os papéis do gênero, devemos assumir que o conceito modernidade também irá se associar aos gêneros. Assumindo então que existem e coexistem uma modernidade que é masculina por essência dada como natural. E outra modernidade, ainda que submissa aos padrões comportamentais, existe e resiste na figura da mulher, uma modernidade feminina que ressignifica a outra e estabelece comportamentos, sentimentos e interfere na maneira como essa personagem se mostra ao seu universo, neste caso a corte imperial.

À moda do Império

A História não se constitui por um amontoado de fatos isolados. A História do Brasil também não. O século XIX foi decisivo para a formação da nação que então se construía. É preciso pontuar que o processo de emancipação, mesmo que dentro de um contexto mais amplo de transformação de mundo pós-revoluções burguesas e processos emancipatórios nas Américas, possui especificidades quando comparado aos movimentos que ocorreram na América Latina e nos Estados Unidos.

Nosso processo emancipatório resguardou sua unidade ao adotar a continuidade de uma monarquia, constitucional, governada por um imperador que constituía o poder executivo. Foi determinada por um pacto das elites que foi além da ruptura do exclusivo comercial e se orientou para um processo de continuidade também na estrutura e infraestrutura do Estado e da sociedade, mantendo principalmente a escravidão e a orientação religiosa católica. Essa base elitista, essencial para compreensão da nossa modernidade, se estabeleceu na capital do Império e, nas associações estabelecidas pelo poder e pelo privilégio e, assim constituíram a nobreza no Brasil, carregada de seu aspecto singular. Junto ao monarca e participando do funcionalismo público, a parcela mais distintiva dessa sociedade nobre vai servir de referência e proteção ao próprio sistema, assumindo-se como Corte. A construção da representação da corte brasileira em muito se assemelha com a análise de Elias (2001) em sua obra *A sociedade de corte*:

[...] No entanto, os reis que assim contribuíram para essa transformação eram, por sua vez, extremamente afetados por ela. Eles nunca se encontravam fora da nobreza, como os burgueses estariam depois. A respeito deste, podemos dizer com toda razão que descartaram gradativamente os costumes nobres como modelo, e que acabaram derrubando a nobreza a partir de fora, como portadores de uma atitude própria, não nobre. [...] (ELIAS, 2001, p. 162).

Percebemos que a formação da corte carioca seguiu esse caminho, no qual a burguesia se enriqueceu e passou a ocupar o espaço na sociedade que outrora, na época de D. João VI, era determinado pela presença de uma nobreza hereditária, mesmo que falida. Estabelece-se uma corte pautada no seu poder que estava além das posses de escravos e terras, mas no status advindo das relações sociais que eram mediadas pelas formas associativas e pela ligação com a autoridade real. Dependia da presença do monarca, e tal dependência reflete como essa corte se representa. Essas latências sociais da corte carioca, tornam-se ainda mais fortes com o regime de D. Pedro II e seu imaginário de sociedade moderna. Revela-se assim que o fazer parte da corte inclui seguir a inspiração real, frequentar os cafés, seguir os manuais de civilidade, vestir-se de acordo, consumir bens e cultura.

Neste contexto em que se reafirma a presença da corte brasileira, temos de ressaltar que esta camada social é importada e remodelada ainda no episódio da transmigração para o Brasil em 1808. Assim sendo, a corte brasileira é uma invenção necessária para que houvesse uma transformação do imaginário colonial, com o desembarque da estrutura administrativa portuguesa na colônia americana. Um pedaço do Antigo Regime chegou por aqui introduzindo uma distinção social. Mas vale lembrar que a corte que aqui surgiu foi estabelecida de maneira diferente da estrutura social portuguesa na Europa, a nobreza ganhou um contorno 'à brasileira', perdeu sua hereditariedade. O título pertencia a um dono, ele era nominal e somente podia ser usado por seu proprietário; a nobreza não era mais familiar, ou atrelada ao sobrenome do indivíduo, principalmente após a constituição de 1824 promulgada por D. Pedro I, como aponta Schwarcz (1998):

Formalizava-se, dessa maneira, o nascimento de uma nobreza que surgia umbilicalmente vinculada ao imperador, guardando-se, porém, algumas originalidades. Em lugar do que acontecia no modelo europeu, que recompensava os bons serviços com títulos não só vitalícios como hereditários, no Brasil os nobres 'nascem e ficam jovens'. A hereditariedade só era garantida para o sangue real, enquanto a titularidade se resumia ao seu legítimo proprietário (SCHWARCZ, 1998, p. 160).

1. Vale ressaltar que o golpe da maior idade, ocorrido em 1840, foi uma articulação entre as elites brasileiras que visavam assegurar a centralização do poder político e do território, ameaçados pelas revoltas de cunho separatista que eclodiam no Império.

Ainda com uma visão moderna de si, a sociedade de corte, sobretudo aquela que se estabeleceu a partir de 1848 quando D. Pedro II ascendeu ao poder¹, vivia e convivia com elementos paradoxais. A capital do Império convivia com os reflexos da escravidão, ainda que houvesse uma pressão externa da Inglaterra para que o tráfico negreiro fosse interrompido. A sociedade imperial se alicerçava nesta força de trabalho, colocando-nos, aos olhos da maior potência comercial do período, como uma nação bárbara como apontou Lília Schwarcz (1998).

Com o fim do tráfico (4 de setembro de 1850), ainda que representasse uma enorme perda econômica, estabeleceu-se o processo de modernização do Estado, reforçando-se os ideais almejados por D. Pedro II, que modificariam completamente a vida na corte. A implantação das linhas férreas nesse

período aproximou a corte de outras localidades e contribuiu para que o ideal de modernidade se espalhasse pelo interior do Império. Outro elemento econômico que contribuiu para a modernização do Império foi a produção cafeeira que crescera de forma impressionante nos anos seguintes à proibição do tráfico negreiro, às custas de um processo de branqueamento da população com a introdução da mão de obra imigrante europeia.

Retomando a fluidez de Bauman (2001) é possível perceber que, no caso brasileiro, a modernidade se confundiu com modernização. Entre tantos paradoxos, viver numa sociedade com estrada de ferro, com modistas de inspiração francesa, com acesso a serviços e bens de consumo diversos deu sentido à modernidade brasileira, mesmo que a estrutura econômica e social continuasse agrícola, escravista e exportadora.

Na segunda metade dos oitocentos, outros aspectos de D. Pedro II se tornaram mais presentes no imaginário da corte imperial como a formação e a educação que o imperador recebera dentro dos costumes europeus, refletindo, em seu reinado, na fundação de instituições científicas e culturais entre as quais se destaca o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, criado ainda durante o período regencial com apoio e homenagens ao imperador, com a finalidade de disseminar uma formação cultural, ainda que elitizada. Percebe-se uma aproximação desta formação com a cultura francesa e inglesa, que foi expandida para o imaginário da sociedade cortesã:

Durante todo o seu reinado, d. Pedro criou ou patrocinou, ou as duas coisas, várias instituições culturais. Ainda na Regência, foram fundadas, sob seu patrocínio duas das mais importantes instituições culturais do país: o Colégio Pedro II, em 1837, e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, ambos na capital do Império. [...] A atuação do imperador estendeu-se também à proteção e ao incentivo à música e às artes plásticas. Era costume seu conceder bolsas de estudos aos alunos da Escola de Belas Artes que se destacassem entre os colegas (CARVALHO, 2012, p. 29).

A política de D. Pedro II, ainda que consoante com a constituição de 1824, em que se garante uma aproximação daquilo que foi o Antigo Regime, foi permeada de ações que contribuíram para a formação de uma elite cultural no período, favorecendo a forte presença da cultura estrangeira no país, principalmente aquela com caráter civilizatório, como a francesa. A própria aproximação do Império à produção artística da época indica como foi alicerçada a formação cultural do segundo Reinado. A modernidade, ainda que tardiamente, encontra no pensamento do Imperador e em sua representação perante a sociedade da corte, terreno fértil para se integrar.

Ao falarmos das transformações ocorridas no Império, por meio do protagonismo do imperador, não podemos deixar de destacar a influência dessa modernidade na cidade do Rio de Janeiro. O surgimento do epicentro cultural da capital, a Rua do Ouvidor e suas contribuições para expandir o pensamento da modernidade e daqueles tidos como “bons costumes”. O deslocamento deste centro que outrora ficava a cargo da Rua Direita, agora marginalizada devido à sua íntima relação com a escravidão e o comércio infame. Tal deslocamento de centralidade ocorre no momento em que se almeja, tanto por parte do poder quanto por parte da sociedade de corte, distanciar-se da imagem de nação bárbara decorrente do uso da mão de obra escravizada. Esta nova centralidade assumiu de vez a francofilia, até em seus aspectos físicos e arquitetônicos estão impregnados pela imagem parisiense. O novo, surgente no centro da capital imperial, remete ao não tão novo e moderno importado da Europa.

Quando iniciamos a pesquisa, não vislumbrávamos e nem tínhamos a pretensão de distinguir as ações de gênero na formação social da corte carioca, mas ao adotarmos elementos como a moda, ou as modas – no seu sentido comportamental, acabamos por nos encontrar com a historiografia do gênero, em especial da mulher que vivia a corte imperial. Neste sentido o gênero ganhou um *status* de recipiente desta modernidade liquefeita, a modernidade que acometeu a sociedade carioca do século XIX. O feminino transformou-se em recipiente, naquilo que dá forma ao líquido da modernidade e como tal, ganhou contornos outros para além da percepção social e generalizada. A discussão da modernidade se renovou como nas flexões e torções do tempo, espaço e sujeito.

A moda como fator social, transparece a modernidade pretendida com as transformações ocorrentes no segundo Reinado, ganha contornos outros e expressa a individualidade, a coletividade, a modernidade e o gênero. Embora saibamos que a discussão de gênero não se limita somente à antiga dicotomia masculino e feminino, esta pesquisa deve ser entendida dentro da dinâmica dicotômica do próprio modelo social do Império brasileiro

O habito de vestir-se está, e muito, relacionado com o indivíduo e em como este se relaciona com seu meio social, o que confere à moda um *status* de fenômeno cultural, no qual representações diversas atravessaram as sociedades desde que passamos a compreender que o vestir-se não se restringiu ao caráter protetor, e adquiriu a função de comunicação, distinção, separação e deslocamento social. No século XIX estes contornos se reafirmaram, ou melhor, se intensificaram. A moda, agora, estava relacionada ao expansionismo comercial inglês e às revoluções industriais ocorridas na Europa - mais que nunca um produto e como tal veio a ser explorado dentro de suas funções sociais. Como aponta Crane (2006)

A moda sempre estabeleceu uma pauta social para as mulheres, e as maneiras de vestir-se são sempre motivadas socialmente. No século XIX, essa pauta era conservadora, calcada numa concepção amplamente aceita dos papéis femininos (CRANE, 2006, p. 53).

Neste breve fragmento podemos perceber como a moda, assim como a modernidade, se caracteriza pela fluidez, se adaptando e assumindo pressupostos da sociedade em que se insere, relacionando-se com o tempo, adquirindo feições de acordo com o pensamento vigente. Suas inspirações estão atreladas às pessoas, sociedades e contextos, o que lhe garante um estatuto de fonte histórica, capaz de construir uma narrativa sobre determinado grupo social, que neste trabalho é a corte carioca no século XIX. A moda enquanto fenômeno social, não deve ser apreendida de forma isolada, os fatores que constroem suas representações são tão importantes quanto necessários para que possamos compreendê-la e compreender a sociedade em que ela reside, como aponta Lipovetsky (2009):

Nem força elementar da vida coletiva, nem princípio permanente de transformação das sociedades enraizado nos dados gerais da espécie humana, a moda é formação essencialmente sócio-histórica, circunscrita a um tipo de sociedade. Não é invocada uma suposta universalidade da moda que se revelarão seus efeitos fascinantes e seu poder na vida social, mas delimitando estritamente sua extensão histórica (LIPOVETSKY, 2009, p. 24-25).

Assim tentar entender a moda de forma distante do contexto social e histórico em que ela está inserida, não seria possível. Ela é uma expressão destes fatores e deve ser entendida como um elemento representativo do período. No caso da presente pesquisa ela ganha contornos da representação de um grupo, as mulheres que vivenciavam e experimentavam a corte carioca. O vestir-se e sua representação tornam-se expressões da modernidade, conceito este, relacionado de forma muito direta à representação da mulher, estabelece-se então como um reforço para que possamos narrar uma modernidade feminina na sociedade carioca do século XIX. A moda enquanto fruto da sociedade e do tempo apresentou uma inquietação em relação à masculinidade atribuída ao conceito de modernidade. Sendo sempre entendida como o rompimento entre o velho e o novo, a modernidade ganhou, principalmente nos oitocentos, o caráter desenvolvimentista e inovador, relacionado ao masculino, à representação do homem. A modernidade quando relacionada à mulher, estaria em segundo plano, ou apenas como uma consequência da modernidade masculina, num fenômeno de causa-efeito.

Dê vestimentas às senhoras

2. Joana ou Juana Paula Manso de Noronha (1819-1875), foi uma intelectual de origem argentina considerada pioneira na literatura e no feminismo na Argentina, Brasil e Uruguai. Em 1852 naturalizou-se brasileira com o objetivo de estudar Medicina, sonho nunca realizado, pois foi recusada por ser mulher. Fundou em 1º de janeiro de 1852 o Jornal das Senhoras, do qual deixou a direção três meses depois. Em 1853 voltou definitivamente para Buenos Aires onde continuou sua trajetória profissional da literatura e na educação (LOBO, 2009).

3. As nossas Assignantes. In O Jornal das Senhoras. Edição nº1 de 1 de janeiro de 1852. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700096&pagfiz=1>. Acesso em: 05 maio 2019.

Ao pensarmos a mulher na corte brasileira, sobretudo em sua participação na construção do Império, consideramos analisar revistas e publicações que circularam no período. Foi então que nos deparamos como uma fonte riquíssima e voltada para as mulheres, O Jornal das Senhoras, publicação que iniciou sua circulação em 1 de janeiro de 1852, e foi até dezembro de 1855, na intenção de informar e atualizar as senhoras da sociedade brasileira sobre seu papel. Já em sua primeira edição o jornal se propôs a dialogar sobre uma possível emancipação das mulheres brasileiras. Em sua apresentação, a editora chefe Joanna Paulo Manso de Noronha² introduz:

Ora pois, uma senhora a testa de uma redacção de jornal! que bicho de sete cabeças será?

Contudo em França, em Inglaterra, em Italia, na Hespanha, nos Estados-Unidos, em Portugal mesmo, os exemplos abundão de senhoras dedicadas a literatura collaborando em diferentes jornaes³.

Essa percepção do papel da mulher em outras regiões do mundo, estabelecendo um vínculo com a modernidade que circulava por elas, inseria uma noção do ideal da mulher neste contexto de modernização. A apresentação do jornal para as senhoras da sociedade imperial vai no caminho contrário ao do conservadorismo. A modernidade para a mulher é apontada como um rompimento das tradições que circulavam em torno do sujeito feminino.

A primeira edição do Jornal da Senhoras, foi caracterizada pelo debate do que se entendia como mulher em 1852, e como ela, enquanto sujeito, estava inserida na produção do moderno, fosse lá fora ou nos trópicos imperiais. Ao ressaltar os trabalhos que as mulheres, principalmente, as europeias desenvolviam, a editora garante uma credibilidade de seus argumentos, relacionando o jornal com o consumo do estrangeirismo, por parte da sociedade imperial. Ainda no tocante à construção de sua credibilidade Joanna faz uma comparação entre as sociedades da América do Sul e aquelas dos países citados:

4. As nossas Assignantes. In O Jornal das Senhoras. Edição nº1 de 1 de janeiro de 1852. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700096&pagfiz=1>. Acesso em: 05 maio 2019.

Por ventura a America do Sul, ella só, ficará estacionaria nas suas idéas, quando o mundo inteiro marcha ao progresso e tende ao aperfeiçoamento moral e material da sociedade?⁴

Contorna-se então a necessidade de um progresso e aperfeiçoamento da sociedade sul-americana, em comparação aos países europeus principalmente, reforçando a necessidade de consumir inclusive a modernização social destes outros. No entanto vale ressaltar que tais demandas eram direcionadas às mulheres indicando-lhes um caminho para sua emancipação, até mesmo para a modernização delas.

Em suas duas primeiras edições o Jornal das Senhoras e sua editora chefe se dedicaram a construir uma imagem da mulher emancipada e moderna. O corpo editorial do jornal apresentou a coluna *A mulher*, na primeira edição publicada em janeiro de 1852, contendo uma conceituação, ou mesmo uma tentativa de definição daquilo que eles chamaram de “indefinível”: a mulher. Nesta coluna a redatora apresenta uma sociedade que negligencia a mulher, que a transforma num elemento esvaziado de vontades e desejos, pensamentos e comportamento. Uma sociedade que associa a imagem da mulher ao pecado assim como nas narrativas bíblicas de Eva e Adão.

Desta forma a editora, ao tentar definir o que seria a mulher, acaba por vezes numa reprodução, mesmo que crítica, da definição feita por outros personagens como a própria religião, e sobretudo, repetindo o olhar masculino sobre elas. Como podemos perceber na crítica em relação à representação da mulher na narrativa de Adão e Eva:

5. A Mulher. In O Jornal das Senhoras. Edição nº1 de 1 de janeiro de 1852. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700096&pagfiz=1>. Acesso em: 05 maio 2019

A malicia da mulher é de longa data... data no processo de nosso pae Adão... Elle coitadinho era innocente; foi a mulher quem o perdeu! Marotinha! Fazel-o comer a tal fructa! Ella fez mal; Olhem que senão fosse a isso decerto o Jornal das Senhoras não vinha ao mundo, porque naturalmente Adão e Eva ficavão eternamente no Paraiso a olhar um para o outro e a Stirpe misera d'Adam não vinha ao mundo para continuar a comer a fructa que faz indigestão á gente⁵.

6. A Mulher. In O Jornal das Senhoras. Edição nº1 de 1 de janeiro de 1852. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700096&pagfiz=1>. Acesso em: 05 maio 2019

No entanto não percebemos neste primeiro contato com as leitoras, uma definição da mulher que seja feita por ela, a editora mulher, apresentando-se como ela se imagina diante da postura do sexo ou do gênero, reafirmando sua percepção de um sujeito “indefinível” como a mesma apontou no início de sua coluna na publicação: “Não é mau principio para uma Jornalista começar por definir aquillo que é indefinivel.”⁶

É interessante o conteúdo apresentado para definir a mulher e os recursos de linguagem por ela escolhidos, que refletem representações de mundo sobre a mulher e do lugar da mulher nessa sociedade, a começar pelo próprio nome do Jornal: Jornal das Senhoras. Cabe perguntar quem são as senhoras? O que são as senhoras? Que posição familiar e social as distinguem? Nessa percepção, quando opta por tentar definir quem é a mulher, apropria-se de quem fala sobre a mulher: os homens. A editora chefe é uma mulher, mas quando busca definir a mulher, fica claro a referência da representação de quem manda no mundo e que não é a mulher, que raramente tem voz.

É importante refletir também que a editora do Jornal traduz uma concepção de mundo diferente da brasileira. É uma mulher letrada, aparentemente trabalhadora. A mulher brasileira trabalhadora é a mulher do povo, raramente letrada e raramente com espaço para escrever ou ser ouvida. No caso de Joanna Noronha, mais do que uma mulher, ela é uma mulher com um trabalho, que lhe dá a possibilidade de vislumbrar uma posição de emancipação. Muito importante é que a própria condição de escrita lhe

atribui uma distinção: ela utiliza-se do campo da erudição e, como editora de *Jornal*, indica que possui consciência da importância do seu trabalho como influenciadora de costumes, comportamentos e ideias.

Ela fala para as mulheres brasileiras da Corte que têm acesso ao consumo e aos padrões da modernidade e, nesse aspecto, se aproximam da concepção de mundo da editora chefe Joanna Paulo Manso de Noronha. Por outro lado, vivenciam o conservadorismo brasileiro, fruto das relações patriarcais que são definidoras de uma mulher que se diferencia do homem sob o aspecto biológico, principalmente vinculada ao propósito da maternidade, e social, do lugar e papel que ocupam na sociedade do Rio de Janeiro.

Voltando ao conteúdo da primeira edição, no processo de conceituar e identificar o que seria a mulher, Joana Noronha finaliza sua coluna com uma busca pela emancipação moral da mulher, contribuindo para disseminar um ideal de que esta deveria superar o imaginário criado pelas religiosidades e sustentado pela percepção da sociedade. Isso somente seria possível, por meio de uma reforma na educação, educação que não estava pautada somente no letramento de suas leitoras, mas também na emancipação cultural das mulheres.

7. A Mulher. In *O Jornal das Senhoras*. Edição nº1 de 1 de janeiro de 1852. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700096&pagfiz=1>. Acesso em: 05 maio 2019.

Reformar a sua educação moral; deixem os homens de considerala como sua propriedade.

Seja o que Deos a fez: ser que pensa, e não coisa que se muda de logar sem ser consultada; e então quando assim for fallaremas.

Entretanto este *Jornal* dedicado exclusivamente as Senhoras tratará desses direitos e dessa educação, cuja principal tendencia é a emancipação moral da Mulher⁷.

Ela é uma militante que tem relação com os movimentos feministas que vão mudar as relações de poder social e de gênero no mundo “civilizado”, porém, no Brasil, há um choque de realidade. Mulheres devem ser subservientes, obedientes e vinculadas ao espaço doméstico. Romper com a realidade poderia comprometer um potencial bom casamento futuro ou implodir um casamento já existente. As tradições definidoras de mulher no Brasil relacionam o casamento à própria felicidade do feminino. São dois pilares fundantes da relação de gênero no Brasil: O casamento, que era associado à felicidade pessoal da mulher já que, era por meio do casamento que se consolidava sua posição social e sua estabilidade; e o patriarcalismo, impositivo nele a obediência ao marido como norma, ditada pela tradição e pelo imaginário. A mulher como o sexo “frágil” necessitava da figura masculina para proteção e lhe devia assim, colaboração no trabalho e submissão no comportamento (DEL PRIORE, 1995).

Pensar assim na possibilidade (e necessidade) da emancipação moral da mulher, no mundo e, principalmente no Brasil, se faz em referência a um mundo masculino, que se define na centralidade do homem. Na visão de Joanna de Noronha, o homem é posto como uma régua que possibilita esta mudança no comportamento da mulher, quando a autora em seu texto pede aos homens que deixem de pensa-las como propriedade privada. Trecho este que vai ao encontro com o que aponta Souza (2019):

Mas não se desiste impunemente de velhos hábitos que anos de vida bloqueada desenvolveram como uma segunda natureza. E lançando-se no áspero mundo dos homens, a mulher viu-se dilacerada entre dois polos, vivendo simultaneamente em dois mundos, com duas ordens diversas de valores (SOUZA, 2019, p. 106).

Indicando como a relação das mulheres na sociedade que chega à segunda metade do século XIX, está diretamente ligada à sua relação com a casa, o lar, e sua educação está atenta à sua emancipação que estava atrelada ao casamento como ainda aponta Souza (2019):

De um momento para outro, a mulher burguesa viu-se mais ou menos sem ter o que fazer e seu único objetivo — agora que nas classes médias e altas perdera o valor econômico, transformando-se em grupo dependente — era casar. Um tal estado de coisas favorecia o desenvolvimento daqueles recursos que entram em jogo na competição sexual e, no pequeno espaço de tempo que mediava entre a vida da menina e da senhora, a moça entregava-se ao aprendizado da música e das maneiras, aos interesses pelos vestidos, vivendo na expectativa da chegada do marido (SOUZA, 2019, p. 89).

Quando o Jornal se apresenta à sociedade é para o grupo das mulheres, chamadas por Souza (2019), de burguesas que ele se direcionou, indicando a quem pertenceria a emancipação moral, que a redação queria promover, buscando mulheres das classes média e alta que tinham acesso ao letramento e principalmente ao domínio de idiomas e culturas. Isso fica evidente ao longo de suas edições quando faz uma rebuscada indicação de modas francesas e por vezes inglesa, além de promover a manutenção de colunas, novelas e folhetins baseados em um universo estrangeiro.

A segunda edição do Jornal das Senhoras, publicado em 11 de janeiro de 1852, traz a continuidade da coluna A mulher, renomeada Emancipação moral da Mulher e na qual se debate o que seria este processo de emancipação. E logo já nos aponta a importância do pensamento masculino ao pontuar que não se trata de uma mudança total do imaginário que circunda a mulher:

8. A Mulher. In O Jornal das Senhoras. Edição nº1 de 1 de janeiro de 1852. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700096&pagfiz=1>. Acesso em: 05 maio 2019.

Não se trata de levantar o estandarte da rebelião. Rebelião inútil; o que nós vamos dizer, não são delírios utopistas, são verdades eternas, e que estão ao alcance de todas as inteligências, mesmo mediócras⁸.

Mais uma vez a condição da mulher é atrelada ao universo masculino. Na emancipação feminina abordada pelo Jornal das Senhoras, o homem está presente como uma sombra, ou melhor, como um juiz que permite ou não este processo, estabelecendo uma relação quase idílica e romântica da importância da mulher, reduzindo a mudança ao suposto sentimentalismo feminino.

Nota-se que a “missão da mulher” aparece no jornal como um paradoxo com relação à necessária emancipação moral. Não é uma emancipação no sentido real, mas uma preparação melhor da mulher a partir do contato com a cultura e seu refinamento. O capitalismo no mundo assegurou a emergência da modernidade e do indivíduo e o que discutimos aqui é que a modernidade brasileira reproduz elementos externos, adaptando-os às necessidades locais. Com relação à mulher, o capitalismo aprofundou as diferenças e trouxe uma desvantagem social relacionada a subvalorização das capacidades femininas e sua localização periférica no sistema produtivo, cabendo à mulher, o ordenamento do poder privado (familiar e materno).

Outro aspecto que o jornal destaca, é a educação dos filhos, tarefa que, por ser considerada exclusivamente feminina, abria espaço para que a mulher assumisse uma postura de ensinar seus filhos sobre outras formas de

tratamento da mulher. Como se a lógica desta mulher moderna, surgente na sociedade de corte do Império brasileiro, dependesse da aprovação dos homens e que ela viria pela educação que as mães derem aos seus filhos. Aponta-se então uma divisão dos papéis entre o homem e a mulher, quebrando aquilo que a primeira edição propunha sobre uma formação moderna da mulher da corte do Império.

9. Emancipação moral da Mulher. In O Jornal das Senhoras. Edição nº2 de 11 de janeiro de 1852. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700096&pagfiz=9>. Acesso em: 05 maio 2019.

Nós sabemos perfeitamente, que toda a família necessita de um chefe, e que o chefe natural da família, é o homem.

Sem duvida, que ha deveres naturaes que prendem a mulher ao lar domestico, porém é precisamente desde o seio de sua família que ella pode ter uma influencia directa, sobre essa família, sobre a nação e sobre a humanidade inteira⁹.

É nesse contexto do papel da mulher e suas experimentações sociais dentro da sociedade de corte, que o vestir-se ganha contornos de expressão social e da dita emancipação moral que Joanna de Noronha aponta em suas colunas. O Jornal das Senhoras passa a ser importante veículo na divulgação daquilo que eram conhecidos como bons costumes, ou seja, o ideal da mulher burguesa que Souza (2019) aponta em sua obra que, aliás, vale ressaltar, é aquela branca livre, ou seja, não são as escravizadas ou as negras forras.

A moda, por sua vez, expressará um ideal francês do vestir-se, importando hábitos e costumes de fora, bem como ocorre com o ideal de modernidade. O que era uma tendência francesa chegará à mulher da Corte e será apontado como modelo a ser seguido e copiado. Como fenômeno social contudo, a moda não se restringirá a copiar o que vem de fora, mas irá absorvê-lo e transformá-lo para se adaptar à realidade local. Na sociedade da Corte, em especial as mulheres, o fizeram. As cariocas adaptavam os bons costumes importados de Paris ao seu contexto social que se pretendia moderno e vivia um paradoxo diante de seu conservadorismo. Seria, assim como o liberalismo, uma modernidade à brasileira?

Esse conservadorismo que se presencia na sociedade brasileira a partir da segunda metade do século XIX, marcou diversas relações em que a mulher estava inserida, podendo ser percebido inclusive em suas roupas, mudança de decote, comprimento das mangas, e mais camadas de tecidos e peças extras para compor o visual. Quando analisamos o desenvolvimento das edições do Jornal das Senhoras torna-se evidente o avanço deste sentimento de retomada da tradição. A publicação inicia seu processo de retomada do conservadorismo com a troca da editora chefe, Joanna que deixa de representar o Jornal das Senhoras ainda na terceira edição e as transformações são sensivelmente sentidas em suas edições lançadas no meio de 1852. Outra questão que nos indica o avanço do pensamento conservador, ainda que fantasiado pelo ideal modernista que deslumbrava a sociedade brasileira a época, é a constante mudança geográfica da editora. Em suas primeiras edições, ou seja, nas duas primeiras lançadas em 1852, a editora estava localizada no epicentro da vida intelectual da corte, na disputadíssima rua do Ouvidor, o que garantia à publicação um retorno imediato de seu impacto na sociedade. Já na edição 26, lançada em 27 de julho do mesmo ano, ela estava abrigada à rua da Carioca, ou seja, um pouco distante da principal centralidade do Rio de Janeiro, mas ainda assim podia vivenciar e experimentar o alcance de suas publicação por estar localizada próxima à rua do Ouvidor.

A modernidade que se é vislumbrada no Brasil, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, aponta para uma relação paradoxal entre o moderno que se pretende e uma forte presença do conservadorismo, contribuindo, inclusive, para sua tardia chegada ao Brasil.

O último desfile (Considerações finais)

Ao pensarmos a sociedade de Corte, que transita pela capital imperial brasileira na segunda metade dos oitocentos, buscamos compreender como a mulher foi inserida na construção da modernidade que queremos apontar.

A moda e a sociedade são elementos que não se pode dividir, subtrair ou invisibilizar, sendo elas íntimas e interdependentes. Não existiria Moda sem uma sociedade, pois o vestir-se tem contornos da teatralidade que a sociedade permite. Sendo assim, ao analisarmos o fenômeno moda, analisamos como a sociedade em seu contexto se percebe. E é neste momento de representações da sociedade carioca do século XIX que a modernidade toma corpo, forma e contorno. Uma modernidade que não é somente externa aos sujeitos, mas que se apropria deles para ganhar evidências e contornos, que como a água, assume o formato de seu recipiente, a modernidade irá assumir os padrões da sociedade em que ela se instala.

O Jornal das Senhoras, fonte utilizada para analisarmos a mulher e seus costumes, possibilitou que nossa pesquisa ganhasse outros contornos, ao trazer de forma contundente o papel da mulher na sociedade moderna que a Corte queria transparecer. Foi necessário recortar a pesquisa ainda mais, para que pudéssemos compreender a modernidade e como ela se vinculava ao feminino naquele momento. Buscamos elementos que pudesse nortear nossa hipótese de uma modernidade feminina, assumindo as teorias de BAUMAN, que indicam uma modernidade em constante mudança, e mais, que pode ser sentida e representada não por um bloco sólido, mas pelas idiosincrasias sociais, ou seja, por diversas camadas e suas especificidades.

Não acreditamos que chegaremos a uma conclusão aos moldes daquelas deterministas, mesmo porque estudamos a sociedade, localizada ainda no século XIX e não podemos revivê-la e, ainda que pudéssemos nossos olhares seriam os da atualidade. Por isso não julgamos ser primordial determinar que os conceitos aqui aplicados e por vezes questionados, são ou serão absolutos. Sendo assim seguimos com nossa pesquisa para que possamos chegar a respostas e conseqüentemente a novas perguntas.

Referencias

- BAUMAN, Zygmunt. **A modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. As marcas do Período. In.: CARVALHO, José Murilo de (coord.). **A construção nacional**: 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012 (V.2)
- CRANE, Diana. **A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas**. São Paulo: Editora Senac, 2006
- DEL PRIORE, Mary Del. **Histórias da gente brasileira**: Império. São Paulo: Le Ya, 2016.
- DEL PRIORE, Mary. **Ao Sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- LIPOVETSKY, Giles. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- LOBO, Luiza. Juana Manso: uma exilada em três pátrias. **Revista Gênero**. Niterói, v. 9, n. 2, p. 47-74, 1. sem. 2009
- NEVES, Lúcia Maria Bastos. Estado e Política na Independência. In.: GRINBERG, Keila, SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial: 1808 – 1831**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 (V.1) p. 95-136.
- SCHWARCZ, Lília Mortiz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SOUZA, Gilda de Melo e. **O espírito das roupas**: a moda no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- Jornal das Senhoras (1852 – 1855)**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx/bib=700096&pagfis=0>

Recebido em: 18/08/2021

Aprovado em: 02/11/2021